

COMUNICAÇÃO FIRMADA NA VIRTUDE DA BENEVOLÊNCIA: UMA INTRODUÇÃO

Sérgio Simka¹

Pós-doutorando do PEPG em Língua Portuguesa da PUC-SP

João Hilton Sayeg-Siqueira²

Professor Titular do PEPG em Língua Portuguesa da PUC-SP

RESUMO: O presente artigo tem por tema um estudo inicial sobre a benevolência comunicativa como um fator de otimização na relação ensino-aprendizagem. Objetiva apresentar um aporte teórico-metodológico linguístico-discursivo, orientado para subsidiar a formulação de uma comunicação, ancorada na linguagem verbal, firmada na virtude da benevolência, inserida no conceito de espiritualização antropológico-linguístico-discursiva. Está apoiado em concepções teóricas desenvolvidas no âmbito dos estudos da linguagem, do discurso, da comunicação e da pedagogia social.

Palavras-chave: Comunicação. Benevolência. Espiritualização. Ensino-aprendizagem.

“Quando somos bons para os outros, somos ainda melhores para nós.”

(Benjamin Franklin)

Introdução

A proposta deste estudo se alicerça na imprescindibilidade de uma comunicação firmada na virtude da benevolência, haja vista o discurso de intolerância que viceja na contemporaneidade. Esta época tem sido caracterizada por um flagrante e crescente desrespeito à criatura humana, perpetrado pelas manifestações de ódio que circulam, gratuitamente, cada vez com mais intensidade, nas redes sociais, e que têm levado o ser humano a um processo de fragilização, afetando o seu bem-estar físico, psicoemocional e moral.

Além da degradação moral corroer o íntimo das pessoas, tornando-as, por consequência, insensíveis aos consequentes desdobramentos degenerativos que acabam por incutir na coletividade o sugestionamento de que é um comportamento aceitável, por ser inapelavelmente sem saída, afeta as relações sociais e, principalmente, a interação escolar para a aquisição e construção de conhecimento, na relação ensino-aprendizagem.

Para subsidiar a formulação de uma interação firmada na virtude da benevolência, ancorada na linguagem verbal e inserida no conceito de espiritualização antropológico-

¹ sergiosimka@yahoo.com.br

² jhsiqueira@pucsp.br

linguístico-discursiva, a ser também formulado, a comunicação, ora pensada, insere-se no que chamamos de espiritualização linguístico-discursiva. O vocábulo espiritualização assume neste trabalho o significado de transformação existencial da criatura humana.

Preparação

Entende-se por espiritualização linguístico-discursiva a comunicação firmada na virtude da benevolência, entendida como “a disposição interior para tratar o próximo com bondade e gentileza, de querer o seu bem” (PINHEIRO, 2018, p. 28).

Nesse aspecto, podemos avaliar se estamos no caminho da benevolência quando conseguimos tratar o nosso semelhante, o nosso “próximo linguístico”, nos dizeres do Gomes de Matos (2002, p. 13), da maneira que gostaríamos que ele nos tratasse, ainda que isso não aconteça.

Nas palavras de Pinheiro (2018, p. 29):

Ser bom e gentil, portanto, é uma atitude unilateral e o benevolente não se preocupa com reciprocidade. A bondade é a mesma com bons e malvados, ricos e pobres, cultos e ignorantes, conhecidos e desconhecidos, com pessoas de qualquer raça e idade, inclusive com os animais e no trato com as coisas.

Está em fase de estruturação uma arquitetura da benevolência, com a organização de um inventário de ações linguístico-discursivas que experienciem a comunicação em diversas interações e em distintas situações.

Bondade e gentileza são construídas socialmente por processos de educação, tanto familiar quanto escolar. Uma das bases para a efetivação dessas virtudes é a polidez que, segundo Godoi (2008, p.57), por toda interação pressupor “um risco de mal-entendido, de conflito, de ofensa”, ocorre:

uma espécie de dispositivo compensatório para que a comunicação ocorra da maneira mais fluida possível, evitando os mal-entendidos e a perda da imagem pública, que é vulnerável, tanto por parte do falante como do ouvinte. A polidez verbal é entendida, então, como o comportamento linguístico apropriado, que leva em conta as variáveis socioculturais da interação e faz com que a intenção do falante seja comunicada de forma eficaz. Desse modo, a polidez seria o quadro da dimensão interpessoal dos discursos.

A polidez não é só uma forma de expressar, na comunicação, gentileza, mas também uma estratégia social de respeito ao outro, marcada linguisticamente na atualização discursiva pela entonação, pela seleção lexical, pelas articulações gramaticais, pelas formas de tratamento e por outros diversos recursos pragmáticos.

Conceituação

A orientação linguístico-discursiva, para uma reflexão sobre a construção de um processo de comunicação fundado na arquitetura da benevolência, busca fundamentos iniciais, respectivamente, em Antunes (2009) e em Fairclough (2001).

Admitimos, com Antunes (2009, p. 21), que o fenômeno linguístico é uma realidade multifacetada e complexa, porque incorpora elementos de diferentes ordens, uma vez que se situa também em múltiplos domínios. Ou seja, a língua, por um lado, é provida de uma dimensão imanente, “aquela própria do *sistema em si mesmo*, do sistema autônomo, em potencialidade, conjunto de recursos disponíveis; algo pronto para ser ativado pelos sujeitos, quando necessário” (Antunes, 2009, p. 21, grifo da autora). Por outro lado, a língua comporta a dimensão de *sistema em uso*, “de sistema preso à realidade histórico-social do povo, brecha por onde entra a heterogeneidade das pessoas e dos grupos sociais, com suas individualidades, concepções, histórias, interesses e pretensões” (ANTUNES, 2009, p. 21).

A língua não se encontra *fora* das situações de interação; ela se constitui como condição mediadora das atuações sociais (Antunes, 2009, p. 22) que as pessoas realizam quando falam, escutam, leem ou escrevem. Ela tem o poder de “significar, de conferir sentido às coisas, de expressar esses sentidos e, sobretudo, de mediar as relações interpessoais envolvidas na interação social” (ANTUNES, 2009, p. 22).

Por isso, podemos dizer com Antunes (2009, p. 35), que a língua é uma atividade funcional, ou seja, nenhuma língua existe em função de si mesma, desvinculada do espaço físico e cultural em que vivem seus usuários ou independente de quaisquer outros fatores situacionais, mas está a serviço das pessoas, de seus propósitos interativos os mais diversos. Dessa forma, todas as questões que envolvem o uso da língua, ainda conforme Antunes (2009, p. 21), não são apenas questões linguísticas; são também questões políticas, históricas, sociais e culturais.

Nesse panorama interacional em que a comunicação se assenta em princípios de afabilidade, os subsídios discursivos para a construção da solidariedade podem ser dados por Fairclough (2001) por propor o uso do discurso como forma de prática social, o que implica que o discurso é um modo de ação, “uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Fairclough considera dialética a natureza entre o discurso e a estrutura social, na medida em que, por um lado, o discurso constitui a estrutura social e, por outro, ele é constituído por ela:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Diante do exposto, se a língua não se encontra fora da situação de interação, exercendo, nela, uma função, e se o discurso, atualizado por meio da língua em função, molda as formas de significação dela, as transformações socioeducativas ocorrem no nível da língua e do discurso. Aqui está o esteio para o entendimento da espiritualização linguístico-discursiva.

Complementação

Há estudos de excelente qualidade que apontam uma mudança na maneira de o ser humano se comunicar, tratando o outro de modo mais cordial, mais compassivo, mais humano. Trazemos à discussão dois desses trabalhos.

O primeiro, de Rosenberg (2006), nos proporciona a Comunicação Não Violenta (CNV), que se baseia em “habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas” (p. 21).

Segundo Rosenberg (2006, p. 21):

Ela não tem nada de novo: tudo que foi integrado à CNV já era conhecido havia séculos. O objetivo é nos lembrar do que já sabemos – de como nós, humanos, deveríamos nos relacionar uns com os outros – e nos ajudar a viver de modo que se manifeste concretamente esse conhecimento.

Segundo o autor, o termo “não violência” é usado por ele na mesma acepção que lhe atribuía Gandhi, ou seja, refere-se “a nosso estado compassivo natural quando a violência houver se afastado do coração” (ROSENBERG, 2006, p. 21).

Embora possamos não considerar “violenta” a maneira de falarmos, ainda conforme Rosenberg (2006, p. 21), as palavras que pronunciamos não raro induzem à mágoa e à dor, seja para os outros, seja para nós mesmos.

O segundo trabalho é o de Vieira (2015), que propõe não só um novo padrão linguístico como um estilo comportamental linguístico, a nortear a comunicação. Para o autor, padrão linguístico

é a repetição sistemática do mesmo conjunto de palavras, frases e falas que dizemos audível e verbalmente, como também as falas e os pensamentos que mentalizamos como verdades sobre nós mesmos e sobre o mundo que nos rodeia. Obviamente, cada indivíduo tem um padrão linguístico único que determina seus resultados e a qualidade de sua vida. (VIEIRA, 2015, p. 147)

Já o estilo linguístico, ou estilo comportamental linguístico,

é a manifestação linguística de todo um conjunto de atitudes e comportamentos manifestos pelas palavras ditas. É a maneira pela qual o indivíduo mostra e reforça quem é, como pensa e no que acredita. Tal qual o padrão linguístico, o estilo linguístico é a representação verbal da identidade do indivíduo. (VIEIRA, 2015, p. 152-153)

Como está posto, as concepções teórico-linguísticas, aqui apresentadas, constituem um inegável subsídio para a comunicação. No entanto, esses estudos reclamam por uma mudança, também, no sujeito que anima essa comunicação, ou seja, que se leve em consideração a mudança que pode ocorrer na criatura humana, ao conhecer essas formulações mais benevolentes e ao aplicá-las no dia a dia.

Proposta

Segundo Rajagopalan (1996, p. 113), a linguagem “não é mais um simples instrumento, mas um fenômeno poderoso em si, alheio à vontade humana e, frequentemente, às suas intenções (e pretensões) conscientes”. Oliveira (2002, p. 2) complementa que a linguagem é definida como uma atividade em que as palavras são “ferramentas” de um indivíduo na realização de suas intenções, que podem ser conscientes ou inconscientes.

Assim vista, a linguagem é instituída, pelos interlocutores, na interação comunicativa, em uma determinada situação em que uma ação é contextualizada com determinados objetivos. As interações se dão por meio de textos, de diferentes graus de complexidade, com a intenção de transmitir algo a alguém. Essa concepção decorre da valorização dos recursos disponíveis pelos indivíduos como integrantes de uma comunidade linguística.

As estratégias linguísticas usadas constituem sempre “ações propositais”, cujas regras de emprego são moldadas de acordo com a multiplicidade de experiências históricas, sociais e culturais que caracterizam cada comunidade de falantes, implicando a história de sua vida, a classe social a que pertence, o gênero, a idade, a família, escolaridade, as suas crenças (OLIVEIRA, 2002).

Nessa perspectiva interacional da linguagem, que reflete proposituras na elaboração discursiva pelo sujeito, embasamos as considerações iniciais para a apresentação de uma proposta de trabalho socioeducacional, tendo por base a mudança dos padrões linguísticos das pessoas, desacompanhada, portanto, do agente catalisador.

Convém distinguir uma ação socioeducativa de uma socioeducacional. A primeira organiza programa para implementação das medidas voltadas para adolescentes autores de atos infracionais. A segunda, busca um entendimento que contempla ações articuladas e em rede que por meio de ações pedagógicas e intencionais têm o potencial de oportunizar a ressignificação das trajetórias do educando e a construção de novos projetos de vida. Um projeto socioeducacional, para Oliveira et al (2016, p.575), constrói-se a partir de:

um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da articulação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos com o objetivo de mobilizar nos jovens novos posicionamentos sem, contudo, romper com as regras éticas e sociais vigentes.

A transformação existencial necessita ancorar-se, antes, na própria criatura humana, para, posteriormente, exteriorizar-se, pois ela só ocorrerá na medida em que o sujeito dispuser de um paradigma consciencial que a credencie a percorrer o caminho que o leve a sair do lugar-comum, da vida de todos os dias, em direção a uma existência mais expressiva, mais exitosa, repleta de autorresponsabilidade e autorrealização, que redimensione a própria existência.

Em trabalho anterior (SIMKA, 2020), ao propormos uma pedagogia de escrita para o ensino de Língua Portuguesa, que levasse a uma mudança na prática de produção do texto, não bastou apenas apresentar uma estrutura teórico-metodológico-procedimental para a aula de produção textual. Tivemos o cuidado de trabalhar a autoestima linguística, que mostrasse (ou reforçasse), de um lado, a competência do aluno como pessoa, como ser humano, sua autoaceitação e seu autorrespeito; e, de outro, a sua competência linguístico-textual-discursiva.

As competências desenvolvidas, sistematicamente no espaço escolar, possibilitam, ao aluno consciente, intervir na realidade para, então, transformá-la, de

modo a torná-la mais igualitária. Para isso, a escola deve desenvolver uma educação comprometida com o desenvolvimento não apenas cognitivo, como também moral dos indivíduos, de modo a permitir que eles intervenham na realidade.

A escola é, portanto, fundamental na formação educacional e comportamental dos indivíduos. Segundo Moita Lopes (2006, p. 37), as “práticas discursivas nesse contexto desempenham um papel importante no desenvolvimento de sua conscientização sobre suas identidades e a dos outros”.

A transformação ocorre por meio de um processo composto por dois estágios: apropriação e expansão. No primeiro, o aluno toma consciência de seu potencial como pessoa e como produtor de texto; e, no segundo, o conhecimento humano-linguístico é validado em situações do cotidiano existencial do aluno, ressignificando, portanto, crenças e atitudes sobre o ser humano e sobre o ato de escrita.

Por isso, a imperiosa necessidade de mudança, de transformação existencial da criatura humana. Mudança que, dentro do estudo proposto, chama-se espiritualização antropológica, que se atualiza linguístico-discursivamente. Numa perspectiva da Antropologia Linguística, disciplina interpretativa que faz uso da língua para compreender a cultura, Foley (1997), visando analisar o desempenho de falantes nativos, a partir das expressões calcadas no uso, traz a preocupação com o lugar da língua no seu contexto social e cultural em busca do significado das práticas linguísticas dentro das práticas culturais, suas diferentes formas, registros e estilos.

Essa concepção antropológica se harmoniza com a proposta por Mondin (1986, p. 262): “a natureza espiritual do homem evidenciada pela autotranscendência”. Tomando a autotranscendência como fio condutor, encontramos a resposta a esta interrogação: “O homem, quem é ele?”

Nas palavras de Mondin (1986, p. 266):

A tal interrogação não podemos mais contentar-nos a responder, traçando um elenco mais ou menos longo de dados que nos são oferecidos imediatamente pela experiência; dizendo que é um ser corpóreo, que come, que vive, que cresce, que se move, que sente, que entende, que quer, que fala, que pensa, que trabalha, que se diverte etc. A todos esses dados devemos agora acrescentar algo que a experiência, imediatamente, não revela e que, todavia, ela própria nos sugere através de todas as atividades em que o homem se autotranscende: o homem é um ser que tem um elemento (a alma) que é absolutamente e por essência espiritual.

Ao lado da natureza espiritual do homem, propugna-se que a dimensão da autotranscendência se transforme num estado permanente de consciência e num projeto

pessoal e cultural, ou seja, num projeto de vida, cujo ápice é a evolução e, por conseguinte, o encontro com a felicidade.

Entende-se por espiritualização antropológica o metamorfismo existencial a que a criatura humana precisará se ver submetida, o que exigirá dela um comportamento singularizado e que implicará o acolhimento de uma mudança em várias dimensões de sua vida. E isso depende muito da preocupação da educação em se contrapor aos aspectos autoritários da cultura e seus elementos regressivos que, sob muitos aspectos alimentam a intolerância, o desrespeito e o ódio.

Embora já em desuso, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem ponderações esclarecedoras sobre o importante papel social da escola para superar esses problemas:

Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (BRASIL, 1997, p. 21).

Pelas reflexões de Silva (2005), o intuito de uma educação, inserida em um mundo em que a esfera dos valores e da cultura foi submetida aos interesses egoístas, é desenvolver a sensibilidade e a alteridade nos indivíduos, em oposição à apatia e à frieza a que são submetidos pela estrutura social em que estão inseridos. A educação, preocupada com o desenvolvimento da consciência crítica dos componentes da comunidade escolar, é vista como um processo de transformação social que capacita o indivíduo a ser capaz de realizar leituras críticas da condição social a que é submetido ou que cria. (SILVA, 2000, p. 39)

Finalização

Partimos, pois, da seguinte premissa: a fim de que a comunicação baseada na espiritualização linguístico-discursiva possa ser veiculada e encontrar ressonância, é necessário que ela venha associada a um indivíduo que, se vendo envolvido por ela, possa compartilhá-la em seu dia a dia existencial, o que equivale a dizer que essa pessoa não a transmitirá como mais um modismo linguístico, sem que a criatura humana esteja absorvida, completa e efetivamente, pela espiritualização antropológica.

Tanto a espiritualização antropológica quanto a linguístico-discursiva constituem e são constituídas por sua reciprocidade, na medida em que não se pode falar de espiritualização linguístico-discursiva sem se referir, conseqüentemente, à antropológica, e vice-versa, pois configuram níveis inter-relacionados, não sendo possível, portanto, excluir um ou outro, ou analisar um em detrimento de outro nível.

A importância do papel da educação fica evidente como ponto de partida de todas as decisões e ações, mas, para isso, é preciso desenvolvê-la sem distinção de qualquer natureza, promovendo consciência reflexiva e criticidade, primeiramente, acerca de si mesmo, o que suscita o senso de responsabilidade sobre as condutas sociais assumidas.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Foley, William. **Anthropological Linguistics**: An Introduction. Oxford: Blackwell, 1997.

GODOI, Elena. *O que as ciências da linguagem podem dizer para os estudos em comunicação organizacional?* **Revista Organicom**, 2008. Disponível em: <http://revistaorganicom.org.br/sistema/>

GOMES de MATOS, Francisco. **Comunicar para o bem**: rumo à paz comunicativa. São Paulo: Ave-Maria, 2002.

MOITA LOPES, Luiz. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado das letras, 2006.

MONDIN, Battista. **O homem, quem é ele?**: elementos de antropologia filosófica. 4.ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

OLIVEIRA, Cyntia et al. *Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo*. **Psicologia em Estudo**, 20(4), p. 575-585, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v20i4.28456>

OLIVEIRA, Jair. **Comunicação e Educação: uma visão pragmática**. Curitiba: Protexoto, 2002.

PINHEIRO, Donizete. **Para uma vida saudável**: breve ensaio sobre as virtudes. Capivari, SP: EME, 2018.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *O Austin do qual a linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou*. Campinas: **Cadernos de Estudos Linguísticos** (UNICAMP), v. 30, p. 105-116, 1996.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

SILVA, Divino. *Educação, preconceito e formação de professores*. In: SILVA, D.; LIBÓRIO, R. (Org.). **Valores, Preconceito e Práticas Educativas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SILVA, Tomaz. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMKA, Sérgio. **Pedagogia do encantamento**: por um ensino eficaz de escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2020.

VIEIRA, Paulo. **O poder da ação**: faça sua vida ideal sair do papel. São Paulo: Gente, 2015.

COMMUNICATION ESTABLISHED IN THE VIRTUE OF BENEVOLENCE: AN INTRODUCTION

ABSTRACT: The present article has as its theme an initial study on communicative benevolence as a factor of optimization in the teaching-learning relationship. Objective to present a theoretical-methodological linguistic-discursive contribution, aimed at subsidizing the formulation of a communication, anchored in verbal language, signed by virtue of benevolence, inserted in the concept of anthropological-linguistic-discursive spiritualization. It is supported by theoretical conceptions developed in the scope of language, discourse, communicational and social pedagogy studies.

Keywords: Communication. Benevolence. Spiritualization. Teaching-Learning.